



## PROVA OBJETIVA

Prezado (a) Candidato (a):

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção este **CADERNO DE PROVA**. Deve conter **120 (cento e vinte) questões**, de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. **Constatando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição**.  
**NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**

2. **PARA SEU MELHOR DESEMPENHO:**

- a) Procure **utilizar bem o tempo** de prova;
- b) **Responda** inicialmente **as questões** que lhe parecerem **mais fáceis**, deixando para o final aquelas que requerem exame ou consulta mais aprofundada;
- c) **Assinale** a alternativa escolhida **no Caderno de Prova**;
- d) **Reveja as questões**, conferindo as respostas, **ANTES** de marcar a Folha de Respostas;
- e) **Solicite ao Fiscal** mais próximo **a sua Folha de Respostas**, para transcrição de suas escolhas em definitivo.

**NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.**

3. **ATENÇÃO !!! SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA. PORTANTO:**

- f) **Marque** suas respostas observando o exemplo abaixo e as indicações constantes da Folha de Respostas;
- g) **Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente a CANETA ESFEROGRÁFICA QUE LHE FOI ENTREGUE PELA FISCALIZAÇÃO;**
- h) **Terminando** de transcrever suas opções, **chame o fiscal** mais próximo, **devolva o Caderno de Prova** utilizado e a **Folha de Respostas preenchida**;
- i) Há uma **ÚNICA** alternativa **CORRETA**.

j) **DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA "E";**

- k) Não assinalada a alternativa "E", a questão deixada sem resposta equivalerá a questão com resposta errada.

4. **LEMBRE-SE:**

- l) **QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;**
- m) Deixando a questão sem resposta e assinalando a alternativa "E", você não será penalizado;
- n) **A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS PODERÁ PREJUDICÁ-LO(A).**



1ª Parte - Grupo I

01 ● B C D E	07 A ● C D E	13 A B ● D E	19 A B C ● E	25 A B C D ●	31 ● B C D E	37 ● B C D E
02 A ● C D E	08 A B ● D E	14 A B C ● E	20 A B C D ●	26 ● B C D E	32 A ● C D E	38 A ● C D E
03 A B ● D E	09 A B C ● E	15 A B C D ●	21 ● B C D E	27 A ● C D E	33 A B ● D E	39 A B ● D E
04 A B C ● E	10 A B C D ●	16 ● B C D E	22 A ● C D E	28 A B ● D E	34 A B C ● E	40 A B C ● E
05 A B C D ●	11 ● B C D E	17 A ● C D E	23 A B ● D E	29 A B C ● E	35 A B C D ●	
06 ● B C D E	12 A ● C D E	18 A B ● D E	24 A B C ● E	30 A B C D ●	36 ● B C D E	

## GRUPO I

### GRUPO I

#### DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

#### 1. O PODER CONSTITUINTE:

I. pode ser derivado ou originário, sendo que nos Estados da Federação, a despeito de ser originário, é denominado decorrente, pois decorre das Assembléias Constituintes estaduais, sem quaisquer limitações substanciais ou circunstanciais;

II. denomina-se derivado, no plano federal, quando exercido pelo Congresso Nacional, mediante proposta de emenda constitucional de iniciativa do Presidente da República, de um terço no mínimo dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação;

III. é originário quando tem a mesma natureza jurídica e política do Poder Legislativo e com ele se confunde, sendo assim incondicionado e ilimitado, tendo limitações tão somente estabelecidas pelo Direito Natural;

IV. denominado derivado tem, nos termos da Constituição Federal, limitações circunstanciais e substanciais, não podendo ser emendada a Constituição na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, nem apresentada proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusulas pétreas, considerando-se aprovada a proposta discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, se obtiver, em ambas, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) apenas as de números II e IV estão corretas;
- c) ( ) estão corretas as de números I, II e IV;
- d) ( ) somente a de número II está correta.

#### 2. NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A DECLARAÇÃO DE DIREITOS:

I. assegura que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

II. garante aos litigantes, em processo judicial, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, não porém em processo administrativo pois o acesso ao Judiciário é assegurado aos interessados;

III. assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

IV. garante que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, ressalvada, para permitir maior eficiência no combate à corrupção e à criminalidade, sua utilização no processo criminal, nas hipóteses de crimes do colarinho branco, contra o sistema financeiro ou a ordem tributária e o narcotráfico.

**Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) estão corretas as de números I, II e III;
- c) ( ) apenas as de números I e III estão corretas;
- d) ( ) somente a de número III está correta.

#### 3. SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

I. são invioláveis a intimidade, a vida privada e a vida pública, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

## GRUPO I

II. à inviolabilidade de domicílio são ressalvadas apenas as hipóteses de flagrante delito ou desastre, prestação de socorro, ou, durante o dia, determinação judicial;

III. é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

IV. é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, não podendo a lei conter dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) estão corretas as de números I, II e III;
- b) ( ) todas estão corretas;
- c) ( ) somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) ( ) estão corretas apenas as de números III e IV.

### 4. NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA:

I. os Estados Federados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, devendo observar, contudo, os princípios da Constituição da República;

II. é da competência privativa da União Federal, dentre outras, legislar sobre informática, telecomunicações e radiodifusão, podendo, porém, mediante lei complementar, ser autorizados os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a tais matérias;

III. compete à União Federal, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural e a responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor, dentre outras matérias, limitando-se a competência da União a estabelecer normas gerais o que não exclui a competência suplementar dos Estados,

sendo que, inexistindo lei federal, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades e a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário;

IV. a lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual e esta, hierarquicamente superior à lei municipal, salvo se se tratar de norma da Constituição do Estado ou da Lei Orgânica do Município.

**Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) apenas as de números I e III estão corretas;
- c) ( ) somente as de números II e IV estão corretas;
- d) ( ) estão corretas as de números I, II e III.

### 5. NO PROCESSO LEGISLATIVO, CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

a) ( ) o Presidente da República, em caso de urgência e relevância poderá editar medidas provisórias, com força de lei, sobre qualquer matéria, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional;

b) ( ) as leis ordinárias, como as leis complementares, serão aprovadas por maioria absoluta, sendo que a adoção das últimas somente ocorrerá quando houver disposição expressa na Constituição prevendo que a matéria deverá ser por elas regulada;

c) ( ) o Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, poderá, dentre outras matérias, autorizar referendo ou convocar plebiscito e autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

d) ( ) a matéria constante de projeto de lei rejeitado ou havido por prejudicado não pode ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.



## GRUPO I

### 6. PERDERÁ O MANDATO O DEPUTADO FEDERAL OU O SENADOR DA REPÚBLICA:

I. que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, independentemente de manifestação da Casa a que pertencer;

II. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

III. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da respectiva Casa, mesmo se licenciado ou em missão por ela autorizada;

IV. cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, como no caso da percepção de vantagens indevidas, devendo a matéria ser decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

a) ( ) apenas as de números II e IV estão corretas;

b) ( ) estão corretas as de números I, II e IV;

c) ( ) todas estão corretas;

d) ( ) somente as de números II, III e IV estão corretas.

### 7. AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO:

I. podem ser criadas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros;

II. somente podem ser criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo;

III. têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, devendo suas conclusões, quanto à responsabilidade civil ou criminal dos infratores, ser rigorosamente cumpridas pelo Ministério Público;

IV. serão constituídas, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação

proporcional dos partidos, salvo se à sua criação se opuser o bloco da maioria no Congresso Nacional.

**Analisando-se as asserções acima pode-se afirmar que:**

a) ( ) estão corretas as de números I, II e III;

b) ( ) somente as de números I e II estão corretas;

c) ( ) estão corretas apenas as de números III e IV;

d) ( ) as de números II, III e IV estão corretas.

### 8. COMPETE PRIVATIVAMENTE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

a) ( ) exercer, como Chefe do Governo, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal, somente podendo nomear ou exonerar os Ministros mediante prévia aprovação do Congresso Nacional;

b) ( ) como Chefe de Estado, celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente de referendo ou aprovação do Congresso Nacional;

c) ( ) expedir decretos para a criação de órgãos públicos ou para a extinção de funções ou cargos públicos, ficando seus ocupantes em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;

d) ( ) na abertura da sessão legislativa, enviar mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

### 9. SÃO CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

I. os atos que atentem contra o livre exercício do Poder Judiciário e do Ministério Público, competindo privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente;

II. os atos que atentem contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais, sendo da competência privativa do

## GRUPO I

Senado Federal processar e julgar o Presidente pela prática de tais crimes;

III. aqueles previstos na Constituição Federal e definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento;

IV. os atos que atentem contra a Constituição Federal, e, especialmente, dentre outros, contra a probidade na administração e o livre exercício do Poder Legislativo.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) estão corretas apenas as de números I e II;
- b) ( ) somente as de números III e IV estão corretas;
- c) ( ) estão corretas apenas as de números II e IV;
- d) ( ) todas estão corretas.

### 10. SÃO ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO:

a) ( ) o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, dentre outros, devendo ser públicos todos os julgamentos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, não podendo a lei limitar, em nenhuma hipótese, a presença nos julgamentos ou em determinados atos do processo;

b) ( ) dentre outros, o Conselho Nacional de Justiça, a que compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes, cabendo-lhe ainda outras atribuições previstas na Constituição Federal e as que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura;

c) ( ) os membros da justiça de paz, criada, nos termos da Constituição Federal, pelos Estados, composta de cidadãos eleitos para, na forma da lei, celebrar casamentos e exercer atribuições conciliatórias, com caráter jurisdicional, sendo-lhes asseguradas as garantias de inamovibilidade e de irredutibilidade de subsídio;

d) ( ) O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais e Juízes Federais e Estaduais,

devendo as decisões administrativas dos tribunais ser sempre motivadas, sendo as disciplinares tomadas por maioria absoluta de seus membros, em sessão reservada.

### 11. AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

I. compete, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

II. incumbe, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

III. compete processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, sendo que as decisões definitivas de mérito nelas proferidas produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

IV. incumbe, no recurso extraordinário, após a devida demonstração pelo decorrente da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, examinar a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

**Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) estão corretas as de números II, III e IV;
- b) ( ) todas estão corretas;
- c) ( ) apenas as de números I, II e III estão corretas;
- d) ( ) somente as de números I e III estão corretas.



## GRUPO I

### 12. O MINISTÉRIO PÚBLICO, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- I. tem como função institucional, dentre outras, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- II. é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- III. tem como funções institucionais, dentre outras, promover privativamente tanto a ação penal pública como a ação civil pública, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e exercer o controle externo da atividade policial;
- IV. tem asseguradas aos seus membros as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, sendo-lhes impostas, dentre outras vedações, as de exercer a advocacia e atividade político-partidária, ressalvada a opção pelo regime anterior, quanto às garantias e vedações, aos membros do Ministério Público admitidos antes da promulgação da Constituição.

#### Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) ( ) somente as de números I, II e IV estão corretas;
- b) ( ) estão corretas as de números II, III e IV;
- c) ( ) apenas as de números I, II e III estão corretas;
- d) ( ) todas estão corretas.

### 13. AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- I. compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros;
- II. incumbe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem

prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, rever de ofício ou mediante provocação aqueles relativos aos membros julgados há menos de um ano, e ainda determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

- III. serão encaminhadas representações pelas ouvidorias do Ministério Público, a ser criadas por leis da União e dos Estados, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares;
- IV. compete julgar, mediante recurso interposto pelas partes interessadas, com efeito suspensivo, as decisões proferidas nos processos de competência originária dos Conselhos Superiores do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e do Ministério Público dos Estados.

#### Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) somente as de números I e II estão corretas;
- c) ( ) estão corretas as de números I, II e III;
- d) ( ) apenas as de números III e IV estão corretas.

### 14. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVAMENTE À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:

- I. estabelece que, nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos;
- II. dispõe que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;

## GRUPO I

III. preceitua que a lei deve considerar a prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia;

IV. dispõe que o Procurador-Geral da República, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) ( ) somente as de números I, III e IV estão corretas;
- d) ( ) estão corretas as de números II, III e IV.

### 15. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, RELATIVAMENTE À ORDEM ECONÔMICA:

I. dispõe que ela deve observar, dentre outros princípios, a propriedade privada e sua função social, a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e a redução das desigualdades regionais e sociais;

II. estabelece que, ressalvados os casos nela previstos, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei;

III. dispõe que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;

IV. estabelece que o Estado exercerá, na forma da lei, como agente normativo e regulador da atividade econômica, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

**Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) somente as de números I, II e III estão corretas;
- b) ( ) estão corretas apenas as de números I e III;
- c) ( ) somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) ( ) todas estão corretas.

### 16. SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A ORDEM SOCIAL:

I. estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, dentre outras, de ensino fundamental obrigatório e gratuito e progressiva universalização do ensino médio gratuito;

II. dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

III. estabelece que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

IV. tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) ( ) somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) ( ) estão corretas as de números I, II e IV.

### 17. NO QUE SE REFERE À TEORIA GERAL DO ATO ADMINISTRATIVO, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) ( ) o conceito de ato administrativo é fundamentalmente o mesmo do ato jurídico, do qual se diferencia como uma categoria informada pela finalidade pública, sendo certo que o direito positivo não admite ato administrativo sem finalidade pública ou desviado de suas finalidades específicas;



## GRUPO I

b) ( ) motivo ou causa é a situação de direito, expressa sempre em lei, que determina ou autoriza a realização do ato administrativo, enquanto a motivação é a exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos do ato;

c) ( ) a Administração Pública pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado, no desempenho normal de suas atividades, abrindo mão, em tais casos, de sua supremacia de poder, não podendo alterá-los, revogá-los ou os rescindir por ato unilateral, sem a concordância do interessado;

d) ( ) o mérito do ato administrativo constitui a valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, caracterizando-se por ser aspecto pertinente apenas aos atos administrativos praticados no exercício da competência discricionária.

### 18. EM RELAÇÃO AO TEMA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) ( ) a existência das prerrogativas especiais ou das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, inadmissíveis nas relações contratuais particulares, significa minimização dos interesses do representante da iniciativa privada no objeto de sua pretensão contratual com a Administração Pública;

b) ( ) ao Poder Público pertencem todas as prerrogativas necessárias à proteção do interesse público, desde que pode adotar as providências requeridas para tanto, ainda que impliquem alterações no ajuste inicial;

c) ( ) o poder de alteração unilateral dos contratos administrativos está regrado em lei, e é cabível quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhorar adequação técnica de seus objetivos ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

d) ( ) não se consideram alteração contratual a variação do valor para fazer face ao reajuste previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido.

### 19. QUANTO AO REGIME CONSTITUCIONAL DOS CARGOS PÚBLICOS, É CORRETO AFIRMAR:

a) ( ) o Procurador da República, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;

b) ( ) as chamadas funções de confiança são exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo nas condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

c) ( ) os Procuradores da República são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

d) ( ) em condições especiais de grave interesse nacional, a defesa judicial dos interesses da União Federal pode ser avocada pelo Ministério Público Federal, afastando-se as atribuições originariamente cometidas à Advocacia da União.

### 20. SOBRE O REGIME DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) ( ) o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha condições de idade e efetivo exercício nos serviços públicos previstas na Constituição Federal;

b) ( ) os proventos de aposentadoria e as pensões dos Procuradores da República, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão;

c) ( ) a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de

## GRUPO I

contribuição fictício, sendo certo que o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade;

d) ( ) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime de previdência social dos empregados em geral.

### **21. SOBRE AS FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES AFINS, É CORRETO AFIRMAR QUE:**

a) ( ) por serem pessoas de direito público, as autarquias poder ser titulares de interesses públicos, ao contrário das empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais, sendo pessoas de direito privado, podem apenas receber qualificação para o exercício de atividades públicas;

b) ( ) conquanto seja a autarquia pessoa jurídica distinta do Estado, o titular do Ministério a que ela se submete é autoridade de alçada para conhecer de recurso contra atos de seus dirigentes, pois existem vínculos de controle legalmente previstos;

c) ( ) a natureza das atividades desempenhadas pelas agências reguladoras não impõe o regime de cargo público para seus agentes, estando compatibilizada com o regime de emprego, nos termos da Consolidação da Legislação Trabalhista;

d) ( ) no desempenho de atividades relacionadas à segurança nacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

### **22. NO QUE SE REFERE AO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PELO PODER PÚBLICO, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) compete à União e aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja

cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei;

b) ( ) as desapropriações de imóveis urbanos serão sempre feitas com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

c) ( ) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação, cabendo ao Poder Executivo estabelecer regras de procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação;

d) ( ) no procedimento de desapropriação, as benfeitorias úteis e necessárias serão sempre indenizadas em dinheiro, independentemente da expedição de precatório judicial.

### **23. SOBRE A TEMÁTICA DAS LIMITAÇÕES E SERVIÇOS ADMINISTRATIVAS, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

a) ( ) pode-se afirmar que, em geral, a limitação administrativa implica uma obrigação de não fazer imposta ao titular do direito de propriedade, ao passo que a servidão se refere-se a um ônus de tolerância se impõe ao bem do particular;

b) ( ) a instituição da servidão administrativa se faz por acordo judicial ou sentença judicial, precedida sempre de ato declaratório, redundando no direito a indenização do particular que sofrer prejuízo em sua propriedade;

c) ( ) a limitação administrativa, por consubstanciar verdadeira redução da vocação econômica da propriedade, deve ser sempre acompanhada de indenização, preservando-se o direito do proprietário do bem submetido ao regime jurídico limitador;

d) ( ) o impedimento de construção ou de desmatamento que atingir a maior parte da

## GRUPO I

propriedade ou sua totalidade deixa de ser limitação administrativa, passando a ser considerado interdição do uso da propriedade, com as conseqüências daí decorrentes.

### 24. SOBRE OS BENS PÚBLICOS, ASSINALAR O ITEM INCORRETO:

a) ( ) o conceito de domínio público é mais extenso que o de propriedade, desde que se consideram bens públicos aqueles que, embora não pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, estejam afetados à prestação de um serviço público;

b) ( ) os bens dominicais, também chamados de domínios, não se acham afetados a qualquer destino público;

c) ( ) as terras que, embora originariamente de propriedade de particulares, deixaram de pertencer ao domínio privado por motivo legal e passaram a receber destinação pública específica, são chamadas de devolutas;

d) ( ) os bens públicos se adquirem pelas mesmas formas previstas no direito privado e outras específicas do direito público, como a desapropriação ou a determinação legal.

### 25. LEIA COM ATENÇÃO AS AFIRMAÇÕES ABAIXO FORMULADAS:

I. o Ministério Público Federal exercerá as suas funções exclusivamente nas causas de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, e dos Tribunais e Juízes Eleitorais;

II. em obediência ao princípio da unidade, pode um Procurador da República atuar como parte e recorrer de processo ajuizado pelo Ministério Público Federal, já em curso no Superior Tribunal de Justiça, desde que tenha dado início à causa em primeira instância;

III. cabe privativamente ao Procurador-Geral da República ajuizar a ação penal perante o Superior Tribunal de Justiça contra governador de Estado, vedada a delegação da referida competência para qualquer outro órgão do Ministério Público Federal;

IV. os membros do Ministério Público Federal, que ingressaram na carreira em data anterior à promulgação da Constituição de 1988, estão autorizados a exercer a advocacia privada em causas que envolvam interesses de particulares;

V. o Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República dentre os Subprocuradores-Gerais e os Procuradores Regionais da República com mais de dez anos de efetivo exercício na carreira, integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, renovável uma vez.

### ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) os itens I, II, III e V estão incorretos;

b) ( ) todos os itens estão corretos;

c) ( ) somente os itens II e IV estão corretos;

d) ( ) todos os itens estão incorretos.

### 26. SOBRE OS PODERES ADMINISTRATIVOS, É ERRADO AFIRMAR QUE:

a) ( ) são atributos do poder de polícia a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade;

b) ( ) as condições de validade do ato de polícia são as mesmas do ato administrativo comum, ou seja, a competência, a finalidade e a forma, acrescidas da proporcionalidade da sanção e da legalidade dos meios empregados pela Administração;

c) ( ) a avocação, no plano do poder hierárquico da Administração, desonera o agente público inferior de toda a responsabilidade pelo ato avocado pelo superior;

d) ( ) o poder regulamentar da Administração somente pode ser exercido em relação às leis que expressamente recomendem a necessidade de regulamentação, não podendo contrariar, restringir ou ampliar suas disposições;

### 27. OBSERVEM-SE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:

I. nos chamados espaços territoriais especialmente protegidos, a alteração e a

## GRUPO I

supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

II. no direito brasileiro, o meio ambiente tem conceituação legal própria, elemento que reveste o direito ambiental de objeto próprio, distinto dos demais ramos do direito.

III. aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

IV. as pessoas jurídicas respondem penalmente pelas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

V. as usinas hidrelétricas e as que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

### **A RESPEITO DA PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO AMBIENTE, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a)  todas as afirmativas estão corretas;
- b)  as alternativas IV e V estão incorretas;
- c)  as alternativas II e IV estão incorretas;
- d)  as alternativas II e V estão incorretas.

### **28. A PROPÓSITO DO REGIME JURÍDICO DOS RECURSOS MINERAIS, ASSINALE O ITEM INCORRETO:**

- a)  por serem bens da União, a competência legislativa para regular os recursos minerais e seu aproveitamento é federal, muito embora, no que concerne à competência material, a Carta de 1988 tenha-a conferido aos outros níveis de Governo;
- b)  as jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantidas ao concessionário e ao proprietário do solo partes iguais do produto da lavra;

c)  de acordo com o texto constitucional, é lícito afirmar que juridicamente há intensidades diversas entre recursos, reservas e riquezas minerais;

d)  entende-se por jazida a massa de substâncias minerais, ou fósseis, existentes no interior ou na superfície da terra e que sejam ou venham a ser valiosas pela indústria, enquanto a mina corresponde a jazida na extensão concedida.

### **29. SEGUNDO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, É CORRETO DIZER QUE:**

- a)  o mandado de segurança não é a via processual adequada para declaração do direito à compensação tributária;
- b)  o prazo prescricional para propor ação de repetição de indébito de tributo instituído por lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, conta-se a partir das datas das parcelas recolhidas;
- c)  o prazo prescricional, na hipótese da alínea b, inicia-se a partir da data em que transitou em julgado a decisão que declarou inconstitucional a lei na qual se fundou a exação tributária;
- d)  o sujeito passivo que apurar crédito relativo a tributo, passível de restituição ou de ressarcimento somente poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a tributos da mesma natureza administrados pela secretaria da Receita Federal.

### **30. LEI ESTADUAL AUTORIZA O GOVERNADOR A CONCEDER MEDIANTE EDIÇÃO DE ATO REGULAMENTAR, REMISSÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA. NO CASO:**

- a)  há ofensa aos princípios de separação de Poderes e da reserva absoluta de lei em sentido formal;
- b)  cuida-se de delegação legislativa permitida pela Constituição Federal entre Poderes da mesma unidade da Federação, envolvendo tributo da sua competência;



## GRUPO I

- c) ( ) trata-se de tributo da competência do Estado e, se prevista, na sua Constituição, inexistente exorbitância do ato legislativo;
- d) ( ) as alternativas estão incorretas.

### 31. NOS CASOS DE TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO, COM PAGAMENTO ANTECIPADO, O PRAZO PARA A REPETIÇÃO DO INDÉBITO É CONTADO:

- a) ( ) da extinção do crédito tributário pela homologação tácita após 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador;
- b) ( ) da homologação tácita ou expressa, mesmo pendente de recurso;
- c) ( ) do momento do pagamento antecipado;
- d) ( ) é correta a alternativa da alínea a porque o disposto na Lei Complementar 118/2005, art. 3º, de caráter interpretativo do art. 168, I, do Código Tributário Nacional, constitui espécie normativa imune ao controle jurisdicional.

### 32. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) ( ) as contribuições (sindical, social da seguridade social, FGTS) estão relacionadas à atuação do Estado;
- b) ( ) a Constituição Federal não cria tributo;
- c) ( ) pelo que se depreende do inciso I, do art. 154, do Estatuto Político Fundamental, contribuições não podem ser criadas com o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de outras já existentes ou de impostos;
- d) ( ) o empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, à vista do caráter de urgência, pode ser instituído, excepcionalmente, por medida provisória.

### 33. NA IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO ATRAVÉS DE CONTRATO DE

### ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING):

- a) ( ) incide o ICMS;
- b) ( ) não incide o ICMS;
- c) ( ) incide apenas o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS);
- d) ( ) somente incidirá o ICMS se a arrendatária vier a adquirir o bem.

### 34. ANTE O ART. 166, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, INDIQUE O TRIBUTO QUE, POR SUA NATUREZA, ACARRETA A TRANSFERÊNCIA DO RESPECTIVO ENCARGO FINANCEIRO:

- a) ( ) imposto sobre operações financeiras se o contribuinte, numa importação de bens, faz inclusão destes no seu ativo;
- b) ( ) as taxas, quando sob o enfoque econômico, repercutem e possam vir a integrar os custos fixos das empresas;
- c) ( ) contribuição previdenciária;
- d) ( ) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.

### 35. É CERTO DIZER QUE, NA FALÊNCIA:

- a) ( ) as multas tributárias moratórias preferem apenas aos créditos subordinados ou seja, aos créditos que, na escala de preferências, estão abaixo dos créditos denominados quirografários;
- b) ( ) o crédito decorrente de acidente de trabalho prefere ao crédito tributário até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos;
- c) ( ) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais;
- d) ( ) a cobrança judicial do crédito tributário está sujeita à chamada recuperação judicial.

## GRUPO I

**36. CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, O PARÁGRAFO 7º, DO ART. 195, DA LEI MAGNA, CONSTITUI:**

- a) ( ) isenção sob condição resolutiva;
- b) ( ) imunidade subjetiva;
- c) ( ) isenção sob condição suspensiva;
- d) ( ) imunidade objetiva.

**37. OS FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS DENOMINAM-SE:**

- a) ( ) transferências correntes;
- b) ( ) despesas de capital;
- c) ( ) transferências de capital;
- d) ( ) subvenções.

**38. DO COMPLEXO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À GESTÃO FISCAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR 101/2000, ASSINALE NO PROCESSO DE CONTROLE, PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS, O MECANISMO INOVADOR:**

- a) ( ) revigoração do instituto do registro prévio;
- b) ( ) exercício da função repressora da conduta de malversação ou desperdício de recursos públicos;
- c) ( ) exercício da legitimidade a pedir ao Congresso Nacional ou à Assembléia Legislativa, conforme se trate do Tribunal de Contas da União ou dos Estados ou do Distrito Federal, suste o ato atentatório ao disposto nos arts. 4º e 9º, da referida lei;
- d) ( ) o ato administrativo de alerta.

**39. CONFORME A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000), É CORRETO DIZER QUE:**

a) ( ) nela estão previstas sanções institucionais e sanções pessoais por atos irregulares praticados na gestão pública;

b) ( ) a atuação do Ministério Público se circunscreve aos lindes de sua competência constitucional;

c) ( ) a contratação de operações de crédito por antecipação de receita facultada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, deve ser precedida de autorização do Senado Federal;

d) ( ) nela estão previstas sanções institucionais, não à pessoa responsável pelo ato irregular ou ilegal, mas à própria instituição a que está ou esteve vinculada, recaindo sobre o ente federado.

**40. O CONTROLE INTERNO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO:**

a) ( ) impõe o dever dos responsáveis, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darem ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária;

b) ( ) cinge-se a examinar a compatibilidade entre as normas, ou seja, se o ato, em termos de despesa, que a determina, está assentado em contrato firmado com a Administração Pública, observando, por seu turno, se foi este calcado em lei e esta encontra fundamento na Constituição Federal;

c) ( ) não pode ser de mérito, mas de legalidade estrita, sob pena de romper o sistema, que deve ser mantido de forma integrada;

d) ( ) é exercido pelo Tribunal de Contas mediante provocação do ordenador de despesas.

**GRUPO I**

**GRUPO II**

**DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR**

**DIREITO CIVIL**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**41. A LOCUÇÃO CONTIDA NA 2ª PARTE, DO INCISO I, DO ART. 51, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: "NAS RELAÇÕES DE CONSUMO ENTRE O FORNECEDOR E O CONSUMIDOR-PESSOA JURÍDICA, A INDENIZAÇÃO PODERÁ SER LIMITADA, EM SITUAÇÕES JUSTIFICÁVEIS", ENCERRA:**

- a)  contradição com o disposto no art. 25 que veda estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar;
- b)  exceção ao sistema de responsabilidade civil objetiva;
- c)  negócio que implica risco e, no caso, não está presente a vulnerabilidade;
- d)  as alternativas acima estão incorretas.

**42. ANTE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, É CERTO AFIRMAR QUE:**

- a)  a solidariedade não se presume, na obrigação de indenizar;
- b)  a massa falida, cujo regime jurídico é disciplinado por lei especial, não se subsume aos princípios e regras da lei consumerista no tocante à responsabilidade;
- c)  no caso levado a juízo, pode o magistrado aplicar-lhe as regras *ex-officio*, independentemente de requerimento ou protesto das partes;
- d)  a culpa concorrente do consumidor afasta a responsabilidade integral do agente produtor;

**43. A TÉCNICA DE INSERÇÃO DE PROPAGANDA DE PRODUTO (MERCHANDISING), PERANTE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:**

- a)  é expressamente vedada;

- b)  nem sempre se reveste de clandestinidade;
- c)  é ignorada;
- d)  é remetida à disciplina especial do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação.

**44. A FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO/APLICAÇÃO DAS NORMAS DA LEI ANTITRUSTE (LEI 8.884/94), AINDA QUE RESTRITIVA DE CONCORRÊNCIA, MAS QUE TRARIA BENEFÍCIOS AO SISTEMA, OPERA-SE MEDIANTE OS MEIOS TÉCNICOS DAS:**

- a)  autorizações;
- b)  isenções;
- c)  regras da razão;
- d)  nenhuma das alternativas é verdadeira porque a referida lei é rígida e não permite restrição à concorrência, de matriz constitucional.

**45. É FATOR INDICATIVO DA EXISTÊNCIA DE POSIÇÃO DOMINANTE DE UMA EMPRESA:**

- a)  deter parcela do mercado relevante que controla;
- b)  o poder que detém e que lhe permite independência e indiferença em relação ao comportamento de outros agentes, colocando-lhe a salvo de pressões concorrenciais;
- c)  pequena participação no mercado em hipótese alguma pode configurar posição dominante nos termos do art. 20, §§ 2º e 3º, da Lei 8.884/94;
- d)  a presunção de que trata o § 2º, do art. 20 é *juris et de jure*.

**46. O PARÁGRAFO 2º, DO ART. 173, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DISPÕE QUE**

## GRUPO II

**AS EMPRESAS PÚBLICAS E AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NÃO PODERÃO GOZAR DE PRIVILÉGIOS FISCAIS NÃO EXTENSIVOS ÀS DO SETOR PRIVADO. TEM-SE QUE ESTA LOCUÇÃO ALCANÇA:**

- a) ( ) empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica indistintamente;
- b) ( ) empresas privadas portadoras de serviço público em regime de concessão ou permissão, posto esse regime equipara-se ao regime a que se subordinam as empresas públicas e sociedades de economia mista;
- c) ( ) empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviço público;
- d) ( ) empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido estrito.

**47. A ATUAÇÃO ESTATAL, NO CAMPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA EM SENTIDO ESTRITO, QUANDO INSTRUMENTA CONTROLE DE PREÇOS CLASSIFICA-SE COMO INTERVENÇÃO POR:**

- a) ( ) direção;
- b) ( ) absorção ou participação;
- c) ( ) indução;
- d) ( ) inexatas as proposições acima porquanto a Constituição Federal consagra economia de mercado de natureza capitalista, de liberdade de iniciativa.

**48. É CORRETO DIZER QUE A LEI 8.884/94:**

- a) ( ) é meramente uma nova lei antitruste em cotejo com a Lei 4.137/62;
- b) ( ) veicula matéria penal;
- c) ( ) tem o seu fundamento constitucional exclusivamente no parágrafo 4º, do art. 173, da Carta Política de 1988;
- d) ( ) é dirigida à preservação do modo de produção capitalista.

**49. A LEI 9.494/97, IMPRIMINDO UMA NOVA SISTEMÁTICA NA QUESTÃO RELATIVA À COISA JULGADA NAS**

**AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, DISCIPLINA O ART. 16, DA LEI 7.347/85, NO SENTIDO DE QUE OS EFEITOS *ERGA OMNES* SE RESTRINGEM À COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR DA DECISÃO. ESSE PRECEITO LEGAL:**

- a) ( ) aplica-se ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) dado que, por obra do art. 117 deste, toda a parte processual do CDC se aplica à Lei 7.347/85 (ação civil pública);
- b) ( ) aplica-se ao Código de Defesa do Consumidor porque observa, no âmbito de competência territorial, o conceito de indivisibilidade (CDC, ART. 81);
- c) ( ) não se aplica ao Código de Defesa do Consumidor posto que, orientado para as ações civis públicas, inalcançando as ações coletivas a que se refere a Lei Consumerista;
- d) ( ) não incide nas relações jurídicas de que trata a Lei 8.884/94 porque o conceito de indivisibilidade situa-se no plano de direito processual.

**50. É CORRETO DIZER, À VISTA DA LEI 8.884/94 QUE:**

- a) ( ) ao compromisso de cessação é estranho o princípio da tutela específica;
- b) ( ) o compromisso de cessação é um título executivo judicial;
- c) ( ) o compromisso de cessação pode ser celebrado em todos os processos em que se investigue conduta lesiva à ordem econômica;
- d) ( ) a absolvição ou a condenação do empresário no plano administrativo não implica a responsabilização ou não do mesmo agente nas esferas de direito civil ou penal.

**51. NO QUE SE REFERE AO CONFLITO DE NORMAS, É CORRETO AFIRMAR QUE:**

- a) ( ) a antinomia de segundo grau é o conflito existente entre idéias fundamentais;
- b) ( ) o conflito entre normas de direito internacional privado pode ser real ou aparente;



## GRUPO II

c) ( ) a antinomia entre normas atinentes à prescrição das ações relativas aos bens públicos é aparente e imprópria;

d) ( ) o conflito normativo no direito interno resolve-se pelos critérios hierárquico e da especialidade.

### 52. DENOMINA-SE ACHÁDEGO:

a) ( ) o abandono da coisa achada pelo seu dono;

b) ( ) a recompensa paga a quem restituir ao dono a coisa achada;

c) ( ) a recompensa e a indenização das despesas de conservação e transporte da coisa;

d) ( ) a descoberta e a restituição de coisa achada ao seu dono.

### 53. O CONTRATO DE PROPAGANDA QUE UMA EMPRESA FAZ COM UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ANUNCIANDO CERTO PRODUTO, CONSTITUI:

a) ( ) obrigação de garantia;

b) ( ) obrigação de resultado;

c) ( ) obrigação de meio;

d) ( ) obrigação de risco.

### 54. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) as associações são pessoas jurídicas de direito privado e, como tal, podem ter fins lucrativos;

b) ( ) a condição suspensiva subordina a ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto;

c) ( ) esbulho é todo o ato que embaraça o livre exercício da posse, haja ou não dano;

d) ( ) testemunha instrumentária é aquela que se pronuncia sobre o teor do instrumento público ou particular que subscreve.

### 55. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) a aquisição de bens, transmitidos a título oneroso por herdeiro aparente, subsiste à anulação da partilha hereditária;

b) ( ) os vícios de consentimento afetam a validade do negócio jurídico, mas não os vícios sociais;

c) ( ) os grupos despersonalizados são entes que se formam independentemente da vontade de seus membros, traduzindo-lhes *affectio societatis*;

d) ( ) o poder de representação legal dos pais e tutores é suscetível de substabelecimento.

### 56. QUANTO À UNIÃO MATERIAL DE COISAS MÓVEIS, A ADJUNÇÃO É:

a) ( ) a junção entre coisas líquidas;

b) ( ) a união entre coisas sólidas;

c) ( ) a justaposição de uma coisa a outra;

d) ( ) a criação de uma espécie nova.

### 57. NA VENDA DE UM IMÓVEL AD MENSURAM:

a) ( ) o adquirente não pode exigir o complemento da área;

b) ( ) a referência às dimensões é meramente exemplificativa;

c) ( ) há presunção *juris tantum* da referência enunciativa de área;

d) ( ) o preço é estipulado por medida de extensão.

### 58. É DIREITO DO SEGURADO, DENTRE OUTROS:

a) ( ) receber o prêmio durante a vigência do contrato, desde que esteja em dia com suas obrigações;

b) ( ) não ver aumentado o prêmio, se agravados os riscos por fato alheio à sua vontade;

c) ( ) reajustar o prêmio, para que este corresponda ao risco que foi assumido;

d) ( ) pagar o prêmio convencionado, no prazo estipulado.

## GRUPO II

### 59. SÃO EFEITOS DA ADOÇÃO:

- I. estabelecimento de verdadeiros laços de parentesco civil entre adotando e adotado e impossibilidade de o adotado propor ação de investigação de paternidade para obter sua identidade biológica;
- II. dever do adotado de fornecer alimentos ao adotante e seus parentes e reciprocidade nos efeitos sucessórios;
- III. liberdade em relação à formação do nome patronímico do adotado e obrigação do adotante sustentar o adotado;
- IV. possibilidade de promoção de interdição do pai adotivo pelo adotado e inclusão do adotante e do adotado entre os destinatários da proibição de serem testemunhas;

#### Das proposições acima:

- a)   I e II estão corretas;
- b)   I e III estão corretas;
- c)   II e III estão corretas;
- d)   II e IV estão corretas.

### 60. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a)  o perecimento total ou parcial da coisa implica na perda da propriedade;
- b)  o direito de uso de linha telefônica pode ser adquirido por usucapião;
- c)  ao Poder Público, na herança, é reconhecido o direito de *saisine*;
- d)  o endosso-mandato transfere a propriedade do título cambial.

### 61. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a)  a aposição de modo ou encargo transforma o comodato em contrato bilateral;
- b)  é da natureza da promessa de recompensa a pluralidade de concorrentes,
- c)  o arrendamento rural é contrato aleatório, pois a vantagem esperada é incerta;
- d)  a doação conjuntiva é aquela feita em comum a várias pessoas.

### 62. EM SE TRATANDO DE SERVIDÕES:

- I. a servidão de não construir é negativa e aparente;
- II. a servidão de não abrir janela é contínua e não aparente;
- III. as servidões legais são restrições impostas pelo direito de vizinhança;
- IV. as servidões urbanas dizem respeito à localização em zona urbana.

#### Das proposições acima:

- a)  todas estão corretas;
- b)  I e IV estão corretas;
- c)  II e III estão corretas;
- d)  II e IV estão corretas.

### 63. É POSSÍVEL AFIRMAR QUE:

- I. a legitimidade do Ministério Público para promover a sucessão provisória é subsidiária;
- II. a sentença que revoga a doação por ingratidão produz efeitos *ex tunc*;
- III. a *mora accipiendi* não é causa legal da consignação em pagamento;
- IV. a ocupação é modalidade de aquisição da propriedade de coisa móvel ou semovente.

#### Das proposições acima:

- a)  I e IV estão corretas;
- b)  I e III estão corretas;
- c)  I e II estão corretas;
- d)  todas estão corretas.

### 64. EM TEMA DE TÍTULOS DE CRÉDITO:

- I. chama-se endosso póstumo aquele que sobrevém à morte do endossatário;
- II. o aval é uma garantia pessoal semelhante à fiança mercantil;
- III. no endosso-penhor o endossante entrega o título como garantia de outro negócio;



## GRUPO II

IV. a cambial em branco pode ser completada pelo credor a qualquer tempo.

**Das proposições acima:**

- a) ( ) I e IV estão corretas;
- b) ( ) III está correta;
- c) ( ) II e III estão corretas;
- d) ( ) IV está correta.

**65. QUANTO AO CONTRATO DE TRANSPORTE, É CORRETO AFIRMAR QUE:**

- a) ( ) trata-se de contrato solene, pois necessita da emissão de documentos para provar a existência da avença;
- b) ( ) o porte, que é a entrega da coisa a ser transportada, constitui elemento essencial do contrato;
- c) ( ) o conhecimento de transporte é o documento que o transportador emite no recebimento da mercadoria;
- d) ( ) é contrato oneroso, uma vez que as partes buscam, através dele, a obtenção de vantagens recíprocas.

**66. A PROPÓSITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, CONSIDERE AS ASSERTIVAS ABAIXO:**

- I. o recurso extraordinário, ao contrário do que sucede com o recurso especial, pode ser interposto diretamente de decisão de primeiro grau, desde que esta seja final e irrecurável ordinariamente;
- II. pode o relator do recurso extraordinário conhecê-lo diretamente para dar-lhe provimento, sem submetê-lo à apreciação do colegiado, quando a decisão recorrida encontra-se em manifesto confronto com jurisprudência dominante do STF;
- III. contra decisão proferida em recurso extraordinário não são admissíveis embargos de divergência.

**Diante destas afirmações, é possível concluir que:**

- a) ( ) apenas as respostas I e II estão corretas;
- b) ( ) apenas as respostas I e III estão corretas;

c) ( ) apenas as respostas II e III estão corretas;

d) ( ) todas as assertivas estão corretas.

**67. EXAMINE AS SEQUITES ASSERTIVAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

I. o princípio da *reformatio in pejus* somente se aplica em caso de recurso por só uma das partes;

II. cabem embargos de declaração de decisão interlocutória;

III. a fim de evitar a deserção, pode a parte complementar o preparo insuficiente, no prazo de cinco dias após interposto o recurso, podendo, ainda, em relação à apelação e desde que tenha havido justo impedimento, realizar o preparo antes não efetivado.

a) ( ) somente as alternativas II e III estão corretas;

b) ( ) somente as alternativas I e II estão corretas;

c) ( ) somente as alternativas I e III estão corretas;

d) ( ) todas as alternativas estão corretas.

**68. EXAMINE AS SEQUITES ASSERTIVAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

I. a tutela inibitória é aquela que busca uma abstenção da parte requerida;

II. a sentença que julga procedente ação popular está sujeita a reexame necessário;

III. somente o Ministério Público está legitimado a celebrar compromisso de ajustamento de conduta dotado de eficácia de título executivo extrajudicial.

a) ( ) somente as alternativas II e III estão corretas;

b) ( ) somente as alternativas I e II estão corretas;

c) ( ) somente as alternativas I e III estão corretas;

d) ( ) nenhuma das alternativas está correta.

**69. CONSIDERE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

I. a questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento;

II. formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença íliquida;

III. não cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial.

a) ( ) somente as alternativas II e III estão corretas;

b) ( ) somente as alternativas I e II estão corretas;

c) ( ) somente as alternativas I e III estão corretas;

d) ( ) todas as alternativas estão corretas.

**70. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

a) ( ) contra deliberações da turma recursal dos juizados especiais não se admite recurso especial;

b) ( ) é inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem;

c) ( ) a prescrição, no processo civil, não pode ser conhecida de ofício, salvo quando se tratar de direito não patrimonial;

d) ( ) não se conhece do recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do STJ já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

**71. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) a coisa julgada formal distingue-se da material porque esta é endoprocessual;

b) ( ) a coisa julgada material não atinge os motivos da sentença, salvo aqueles pertencentes à causa de pedir da demanda;

c) ( ) a coisa julgada não opera sua eficácia preclusiva em relação a causas de pedir distintas das deduzidas no processo original;

d) ( ) a dimensão objetiva da coisa julgada atinge também o relatório da sentença.

**72. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) à distinção entre as hipóteses de assistência simples, de assistência qualificada e de litisconsórcio, são irrelevantes os elementos e as circunstâncias inerentes à relação de direito material litigiosa;

b) ( ) as medidas cautelares devem ser sempre requeridas diretamente ao Tribunal, quando lá esteja em curso a demanda principal;

c) ( ) os pressupostos processuais e as condições da ação não constituem óbices legítimos ao acesso à Justiça pela via jurisdicional;

d) ( ) no processo civil, a recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

**73. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) na ação de cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, imposta a multa em sentença não cabe alterar seu montante posteriormente;

b) ( ) no rito sumário, a oposição somente pode ser requerida até a sentença;

c) ( ) tanto para os adeptos da teoria da individualização, quanto para os defensores da substanciação, a causa de pedir revela o nexó existente entre o direito material e o processo;

d) ( ) a tutela sancionatória é aquela voltada à proteção direta da situação material em si.

**74. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

a) ( ) no processo de execução, citado o executado por mandado, o prazo para o réu

**GRUPO II**

pagar ou nomear bens à penhora corre a partir da juntada aos autos desse mandado cumprido;

b) ( ) não se admite reconvenção em ação civil pública;

c) ( ) o princípio da fungibilidade recursal, de acordo com a jurisprudência nacional, exige que o recurso tenha sido interposto no prazo do recurso correto;

d) ( ) o assistente simples não é sujeito à coisa julgada, mas ao efeito de intervenção.

**75. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

a) ( ) a execução fundada em título judicial prescreve no mesmo prazo da ação de conhecimento respectivo;

b) ( ) a confissão judicial gera presunção *iuris et de iure* contra o confitente;

c) ( ) no mandado de segurança são inadmissíveis embargos infringentes;

d) ( ) descumprida decisão mandamental, pode o juiz impor ao renitente, ainda que terceiro, multa de até vinte por cento do valor da causa.

**76. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) a prevenção, em processo civil, é sempre determinada segundo a anterioridade de citação;

b) ( ) admite-se antecipação de tutela em ação declaratória;

c) ( ) as súmulas do Superior Tribunal de Justiça têm eficácia vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, bem como aos da administração pública, direta e indireta, desde que aprovadas por maioria de dois terços de seus membros;

d) ( ) o juiz sempre pode conhecer de ofício da decadência, não necessitando de provocação da parte para tanto.

**77. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) pode a parte ser obrigada a depor sobre fato que cause desonra a amigo íntimo seu;

b) ( ) contra toda sentença é cabível o recurso de apelação;

c) ( ) o rigor da regra da correlação entre a sentença e a causa de pedir incide apenas sobre os fatos.

d) ( ) se o executado for citado por edital ou com hora certa, a ele será sempre deferido curador especial, com legitimidade para opor embargos à execução.

**78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) somente o réu pode arguir exceção de incompetência;

b) ( ) na ação direta de inconstitucionalidade, a pessoa jurídica de direito público responsável pela edição do ato legislativo impugnado dispõe do prazo em quádruplo para contestar;

c) ( ) o substituto processual e o representante defendem em juízo interesse alheio e o fazem em nome próprio;

d) ( ) em ação monitória é inadmissível a citação por edital.

**79. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

a) ( ) o menor de 16 (dezesesseis) anos não pode ser testemunha nem informante no processo civil atual;

b) ( ) o terceiro somente pode impetrar mandado de segurança contra ato judicial se também o tiver impugnado pela via recursal;

c) ( ) se concluir no sentido da exclusão do processo do ente federal cuja presença motivara o juiz estadual a declinar da competência, o juiz federal deve suscitar conflito de competência e não simplesmente restituir os autos ao juízo estadual;

d) ( ) é absoluto o ônus de recorrer, enquanto que o de alegar exceção de incompetência absoluta é relativo.

## GRUPO II

### 80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) ( ) em razão do princípio da demanda, a interposição de recurso devolve à apreciação do Tribunal toda a matéria impugnada, é o que se denomina efeito devolutivo em profundidade;

b) ( ) todas as defesas que podem ser argüidas pela via de exceção são defesas processuais dilatórias;

c) ( ) o ser primária em certos casos e secundária em outros retira à atividade jurisdicional o caráter substitutivo;

d) ( ) a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

## GRUPO III

### DIREITO ELEITORAL

### DIREITO PENAL

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 81. EM TEMA DE PROPAGANDA ELEITORAL:

I. Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, constitui crime eleitoral de ação penal pública incondicionada e que permite ao ofendido demandar, no juízo cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o seu Partido, quando responsável por ação ou omissão, além de quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

II. Nas dependências do Poder Legislativo é expressamente vedada a realização de propaganda eleitoral, ficando sujeito o seu autor à pena de multa, prevista na lei eleitoral, e o beneficiário, se comprovado o seu prévio conhecimento, à cassação do registro.

III. Ao postulante a candidatura a cargo eletivo, não podendo veicular propaganda eleitoral, é permitido, entretanto, na quinzena anterior à escolha pelo Partido Político, realizar propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, sendo-lhe vedado, para tanto, o uso do rádio e da televisão, mas admitida a utilização de outdoors, desde que apenas nas cercanias do local da realização da convenção partidária.

IV. De acordo com o entendimento mais recente do Tribunal Superior Eleitoral, julgada procedente representação em face

da realização de propaganda em prol de pretense candidato a cargo eletivo em programa de propaganda partidária gratuita, além da pena de cassação do direito de transmissão a que faria jus, no semestre seguinte, o Partido Político, é de ser aplicada, também, a pena de multa prevista na legislação eleitoral em razão da propaganda eleitoral extemporânea realizada.

**Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

a) ( ) estão corretas as de números I, II e III;

b) ( ) somente estão corretas as de números I e IV;

c) ( ) todas as assertivas estão corretas;

d) ( ) apenas a de número IV está correta.

### 82. NA HIPÓTESE DE INELEGIBILIDADE POR REJEIÇÃO DE CONTAS POR IRREGULARIDADE INSANÁVEL APÓS DECISÃO IRRECORRÍVEL PELO ÓRGÃO COMPETENTE:

I. A Câmara Municipal é que tem competência para julgar as contas de Prefeito Municipal, após a emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado ou, onde houver, pelo Tribunal ou Conselho de Contas do Município.



## GRUPO III

II. Em sendo o caso de rejeição das contas do Prefeito, o parecer prévio apresentado pela Corte de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos Membros da Câmara Municipal.

III. Em se tratando de convênio celebrado entre a União e a Prefeitura Municipal, o órgão competente para decidir sobre as contas do Prefeito relativas à aplicação da verba federal é unicamente o Tribunal de Contas da União.

IV. Para que ocorra a suspensão da inelegibilidade, permitindo que o candidato possa ter registrada a sua candidatura, é indispensável que a questão sobre a rejeição das contas seja submetida à apreciação do Poder Judiciário em qualquer momento anterior ao requerimento de registro dos candidatos efetuado pelo Partido ou pela Coligação à Justiça Eleitoral.

### **Das assertivas acima:**

- a)  I, II e III estão corretas;
- b)  todas estão corretas;
- c)  apenas as de números I e IV estão corretas;
- d)  apenas as de números III e IV estão corretas.

**83. NO PLEITO ELEITORAL DE 2004, CUJA ELEIÇÃO OCORREU NO DIA 3 DE OUTUBRO, UM CANDIDATO A CARGO DE PREFEITO, ESCOLHIDO COMO TAL NA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA REALIZADA POR SEU PARTIDO, QUE TENHA PARTICIPADO, NO DIA 4 DE JULHO, DE INAUGURAÇÃO DE OBRA PÚBLICA, ANTES DE TER A AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA REQUERIDO, NO DIA 5 DE JULHO SEGUINTE, O REGISTRO DE SEUS CANDIDATOS NA JUSTIÇA ELEITORAL, EM CASO DE RECLAMAÇÃO AJUIZADA POR CANDIDATO ADVERSÁRIO:**

- a)  ficaria sujeito a sofrer a pena de cassação do registro da candidatura, prevista na legislação eleitoral aplicável;
- b)  ficaria sujeito a sofrer a referida penalidade, desde que tenha tido participação de destaque na solenidade;
- c)  embora sujeito à cassação do registro, não lhe seria aplicada tal pena se a

sua participação na inauguração tenha sido de somenos importância;

d)  não ficaria sujeito à aplicação da aludida pena, mesmo que destacada a sua participação no evento.

### **84. EM SEDE DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL:**

I. O abuso do poder econômico, quanto a fatos ocorridos anteriormente à fase do registro, deve ser apurado na ação de impugnação de registro de candidaturas (AIRC), sob pena de preclusão, sendo, por outro lado, apurado por meio de investigação judicial eleitoral (IJE) em relação aos ocorridos posteriormente àquela fase.

II. O termo final para o ajuizamento da investigação judicial eleitoral (IJE) é o da data da eleição, inclusive.

III. A decisão julgando procedente investigação judicial eleitoral (IJE) ajuizada com o fito de apurar a utilização indevida de meios de comunicação social em benefício de candidato não necessita de trânsito em julgado para a sua execução.

IV. Não tendo havido, ainda, o julgamento de investigação judicial eleitoral (IJE) ajuizada, em face de candidato, para apurar abuso do poder econômico quando já transcorridos os prazos para a interposição de recurso contra a expedição do diploma (RCED) e o ajuizamento de ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), deve ela, por flagrante perda de objeto, ser julgada extinta, sem julgamento do mérito.

### **Das assertivas acima:**

- a)  todas estão corretas;
- b)  somente estão corretas as de números I e II;
- c)  somente corretas as de números II e III;
- d)  todas estão incorretas.

**85. NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2004, O JUIZ ELEITORAL RECEBEU DO CARTÓRIO AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA NO DIA 02/08/2004, SEGUNDA-FEIRA, TENDO O MAGISTRADO DEVOLVIDO OS AUTOS,**

## GRUPO III

**COM SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO, NO DIA 04/08/2004, QUARTA-FEIRA. DIANTE DE TAL SITUAÇÃO, INDAGA-SE: QUANDO OCORREU O TERMO FINAL DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PARA O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL?**

- a) ( ) dia 07 de agosto de 2004 (Sábado);
- b) ( ) dia 08 de agosto de 2004 (Domingo);
- c) ( ) dia 09 de agosto de 2004 (Segunda-feira);
- d) ( ) no 3º (terceiro) dia da publicação da sentença por edital, em cartório.

**86. A PENA MÍNIMA APLICÁVEL AO CRIME DE USO DE DOCUMENTO PARTICULAR FALSIFICADO OU ALTERADO, PARA FINS ELEITORAIS, É:**

- a) ( ) de 2 (dois) meses de reclusão;
- b) ( ) de 6 (seis) meses de reclusão;
- c) ( ) de 1 (um) ano de reclusão;
- d) ( ) a mesma pena mínima cominada para o crime de falsificação de documento público, para fins eleitorais.

**87. UM CUNHADO DE PREFEITO REELEITO, VEREADOR EM OUTRO MUNICÍPIO DO ESTADO, APRESENTA-SE COMO CANDIDATO A ESSE MESMO CARGO QUE OCUPA NO MUNICÍPIO ONDE SEU PARENTE EXERCE, PELO SEGUNDO MANDATO, A CHEFIA DO PODER EXECUTIVO, TENDO TIDO O REGISTRO DE SUA CANDIDATURA DEFERIDO, HAJA VISTA NÃO TER SIDO APRESENTADA NENHUMA IMPUGNAÇÃO ARGUINDO SUA SUPOSTA INELEGIBILIDADE. PODERIA QUALQUER DOS LEGITIMADOS, CONSTATANDO QUE NÃO DEVERIA TER SIDO DEFERIDO O REGISTRO, PORQUE SERIA INELEGÍVEL O CANDIDATO À VEREAÇÃO NO MUNICÍPIO EM QUE SEU CUNHADO É PREFEITO, AGITAR A QUESTÃO DA INELEGIBILIDADE EM OUTRA OCASIÃO POSTERIOR?**

- a) ( ) Não, em face de estar preclusa a matéria.

b) ( ) Não, por não ser o candidato inelegível em vista de que já titular de mandato eletivo.

c) ( ) Sim, por meio, unicamente, de recurso contra a expedição do diploma (RCED).

d) ( ) Sim, por meio de recurso contra a expedição do diploma (RCED) e/ou ação de impugnação de mandato eletivo (AIME).

**88. PARA O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONCORRER A CARGO ELETIVO:**

a) ( ) deve afastar-se definitivamente do cargo e filiar-se a Partido Político até 6 (seis) meses antes da data fixada para o pleito eleitoral, além de observar as exigências previstas na legislação eleitoral, concernentes, dentre outras, ao domicílio eleitoral e aos prazos de desincompatibilização;

b) ( ) deve licenciar-se de suas funções institucionais, nos termos da lei, quando de sua filiação a partido político, que deve ocorrer até 1 (um) ano antes da data das eleições;

c) ( ) deve, além de estar filiado ao partido político há pelo menos 1 (um) ano da data das eleições, observar os prazos de desincompatibilização previstos na legislação eleitoral, ficando impedido de exercer as suas funções institucionais desde essa época até o término de seu mandato eletivo, cabendo-lhe cancelar a sua filiação partidária para reassumir suas funções ministeriais, quedando impedido, neste caso, de desempenhar as pertinentes ao Ministério Público Eleitoral pelo prazo de 2 (dois) anos contados do cancelamento de sua filiação ao partido;

d) ( ) nenhuma das alternativas acima está correta.

**89. QUANTO AO ILÍCITO DE CAPTAÇÃO VEDADA DE SUFRÁGIO:**

I. Para a configuração do ilícito previsto no artigo 41-A da Lei das Eleições é necessária a aferição de que o ato de comprar votos se apresente, pelo menos, com potencialidade para provocar desequilíbrio na disputa eleitoral.



### GRUPO III

II. É absolutamente indispensável, para que tipificada a captação vedada de sufrágio, que seja o próprio candidato, diretamente, a efetuar a compra de votos, não se configurando o apontado ilícito quando praticado por outra pessoa, ainda que com o conhecimento e o assentimento do candidato.

III. O termo inicial do período de incidência da regra do artigo 41-A da Lei das Eleições é a data do deferimento do pedido de registro da candidatura.

IV. A decisão que julga procedente representação por captação vedada de sufrágio, com base no artigo 41-A da Lei das Eleições, somente pode ser executada após o seu trânsito em julgado.

#### Das assertivas acima:

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) nenhuma está correta.
- c) ( ) apenas as de números I e IV estão corretas;
- d) ( ) apenas as de números II e III estão corretas.

#### 90. EM TEMA DE DOMICÍLIO ELEITORAL:

I. A transferência do título eleitoral, em caso de mudança de domicílio, além de somente poder ser feita após o transcurso de pelo menos 1 (um) ano da inscrição primitiva e da exigência de residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, deverá ser pelo eleitor requerida ao juiz eleitoral do novo domicílio, mediante requerimento com entrada no cartório eleitoral até 150 (cento e cinquenta) dias antes da data da eleição.

II. O domicílio eleitoral não se confunde com o domicílio civil, regido pelo direito civil, ficando aquele também caracterizado quando a pessoa, mesmo não residindo no local com ânimo definitivo, com ele mantenha vínculos de natureza meramente afetiva, social, econômica ou política.

III. Empregado de empresa privada que venha a ser removido para outra cidade não fica sujeito a exigência de residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, bastando que dê entrada no cartório eleitoral do novo domicílio de requerimento de

transferência até 150 (cento e cinquenta) dias antes da data da eleição.

IV. O eleitor que já tenha transferido anteriormente seu título eleitoral, pretendendo outra transferência, por nova mudança de domicílio, somente fica obrigado a comprovar residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio quando da apresentação do requerimento de transferência ao cartório eleitoral, que deve ocorrer até 150 (cento e cinquenta) dias antes da data da eleição, não se exigindo, nesse caso, o transcurso de pelo menos 1 (um) ano da inscrição anterior.

#### Das assertivas acima:

- a) ( ) estão corretas somente as de números I, II e IV;
- b) ( ) apenas a de número II está correta.
- c) ( ) estão corretas apenas as de números II, III e IV;
- d) ( ) somente as de números I e II estão corretas.

#### 91. CRIME É CONDUTA TÍPICA, ANTIJURÍDICA E CULPÁVEL. A PARTIR DESTA DEFINIÇÃO ESTRATIFORME DO DELITO, LEMBRA-SE O PRINCÍPIO "NULLUM CRIMEN SINE CONDUCTA". ENTRETANTO,

I. a conduta compreende o fato humano voluntário e o involuntário;

II. a conduta envolve a ação e a omissão, mas esta só tem relevância quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado;

III. a conduta atípica tem relevância no Direito Penal;

IV. a conduta humana é relevante para se verificar a ocorrência do delito, pois tem validade absoluta a parêmia latina "*societas delinquere non potest*".

#### ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) ( ) estão corretas as de números I e II;
- b) ( ) estão corretas as de números II e III;
- c) ( ) estão corretas as de números III e IV;
- d) ( ) todas estão corretas.

**92. EM TEMA DE DELITOS CONTRA A LIBERDADE SEXUAL, NÃO HÁ EQUÍVOCO EM DIZER QUE**

- a) ( ) comete o crime de estupro o sujeito ativo que, mediante violência ou grave ameaça, introduz o dedo na vagina da mulher e com ela mantém o coito anal;
- b) ( ) a mulher não pode responder pelo crime de estupro;
- c) ( ) é possível comutar a pena do condenado por crime de estupro;
- d) ( ) o estupro constitui crime hediondo mesmo que tenha sido perpetrado em suas formas simples ou com violência presumida.

**93. QUANTO AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO,**

- a) ( ) há atenuante em mercê do autor, do co-autor ou do partícipe que colabora com as autoridades espontaneamente, auxiliando na apuração das infrações e das respectivas autorias ou na localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime;
- b) ( ) resta configurado quando os bens, direitos ou valores – os quais o agente ocultou e utilizou, posteriormente, em atividade econômica lícita – são provenientes de furtos praticados de modo habitual;
- c) ( ) é acessório, podendo, contudo, ser cometido por quem não perpetrou o delito principal antecedente;
- d) ( ) o agente definitivamente condenado por sua prática não poderá exercer cargo ou função pública de qualquer natureza, perdurando este efeito automático da condenação pelo tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

**94. COM RELAÇÃO À CONDENAÇÃO, REGISTRA-SE QUE**

- a) ( ) a imposição de sanção penal (pena privativa de liberdade, restritiva de direito e/ou multa) ou de medida de segurança não é seu principal efeito;
- b) ( ) produz efeitos penais e extrapenais, podendo-se enquadrar entre estes o de impedir ou invalidar o sursis, o de revogar o livramento condicional ou a reabilitação, o de

lançar o nome do réu no rol dos culpados, o de propiciar reincidências etc;

- c) ( ) torna certa a obrigação de indenizar e provoca, também, a perda, em favor da União, dos bens e valores de origem ilícita, sendo estes os efeitos penais genéricos e automáticos, pois não precisam ser expressamente pronunciados pelo Juiz;
- d) ( ) a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo do agente aparece como efeito extrapenal específico, mas deve ser motivadamente declarada na sentença que impõe pena privativa de liberdade superior a um ano pela prática de crime praticado com violação de dever em relação à administração pública.

**95. EM TEMA DE CRIME CONTINUADO, A JURISPRUDÊNCIA ATUAL GARANTE QUE**

- I. a heterogeneidade nas execuções das infrações obsta o reconhecimento da continuidade delitiva;
- II. a reiteração na prática de infrações como atividade habitual não descaracteriza a continuidade, cujos pressupostos são objetivos e impedem que se potencialize a vida pregressa do agente;
- III. a unidade de desígnios entre as várias condutas delituosas é dispensável à configuração da continuidade;
- IV. não se reconhece a continuidade quando transcorre tempo superior a 30 dias entre o primeiro e o segundo crime.

**EXAMINANDO AS OPÇÕES ACIMA, AFIRMA-SE QUE:**

- a) ( ) estão erradas as de números I e III;
- b) ( ) estão erradas as de números II e III;
- c) ( ) estão erradas as de números III e IV;
- d) ( ) todas estão corretas.

**96. É INCORRETO DIZER QUE**

- a) ( ) existe escusa absolutória para o marido que, na constância do casamento, furta vultosa importância em dinheiro da carteira da mulher;
- b) ( ) atinge o crime complexo a extinção da punibilidade dos delitos que aparecem

### GRUPO III

como elementos constitutivos em sua definição;

c) ( ) a *abolitio criminis*, a decadência e a perempção são causas de extinção da punibilidade e se comunicam aos co-autores e aos partícipes;

d) ( ) não se acomodou a jurisprudência sobre a natureza da sentença concessiva do perdão judicial, embora o Supremo Tribunal Federal tenha anunciado que dela decorrem efeitos secundários.

**97. LUÍS ERA SÓCIO GERENTE DA REVENDEDORA DE PNEUS LTDA. FISCAIS DA PREVIDÊNCIA DESCOBRIRAM QUE ELE, NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2000, DEIXOU DE REPASSAR AO INSS, NO PRAZO LEGAL, AS CONTRIBUIÇÕES DESCONTADAS DOS SALÁRIOS PAGOS AOS EMPREGADOS DA EMPRESA. ACUSADO DE COMETER A INFRAÇÃO, LUÍS EFETUOU, ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, O PAGAMENTO DO PRINCIPAL E DOS ACESSÓRIOS DO DÉBITO. NESTE CONTEXTO, EM RELAÇÃO AO ACUSADO, É CORRETO AFIRMAR QUE**

- a) ( ) a sua punibilidade extinguiu-se;
- b) ( ) há atenuante genérica em seu favor;
- c) ( ) existe, em seu favor, circunstância especial de diminuição de pena;
- d) ( ) poderá obter o perdão judicial, ou receber apenas a pena de multa.

**98. COM RELAÇÃO AOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, SERIA ERRÔNEO ASSEVERAR QUE**

- a) ( ) há presunção legal da responsabilidade do controlador e dos administradores da instituição financeira, incluindo diretores e gerentes, pela prática das infrações;
- b) ( ) a responsabilidade do controlador e dos administradores da instituição financeira, incluindo diretores e gerentes, somente se concretiza se eles praticaram ou concorreram para a prática das infrações;

c) ( ) a gestão fraudulenta é delito de mão-própria do gerente da instituição financeira, embora não seja infenso às regras do concurso de pessoas;

d) ( ) há concurso aparente de normas entre o estelionato e a gestão fraudulenta, eis que aquele, como crime meio, fica absorvido por esta última infração.

**99. CONTRATADO PARA PATROCINAR DEFESA DE RICA EMPRESA, EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA CONTRA ELA AJUIZADA, O ADVOGADO ROGÉRIO DEU DINHEIRO A MARISA E CONSEGUIU, ASSIM, QUE A MENCIONADA TESTEMUNHA FIZESSE AFIRMAÇÃO FALSA EM JUÍZO. DIANTE DESTES FATOS, É CERTO ANUNCIAR QUE**

- a) ( ) Rogério praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e pode, igualmente, ser enquadrado como co-autor do falso testemunho qualificado pelo suborno, pois concorreu moralmente para este delito, fazendo nascer em Marisa a vontade delitiva;
- b) ( ) a conduta de Rogério caracteriza corrupção ativa de testemunha, mas ele não pode ser considerado como co-autor do falso testemunho qualificado pelo suborno, que é delito de mão-própria, somente podendo ser cometido pela própria testemunha;
- c) ( ) Marisa perpetrou falso testemunho, sendo co-autora do delito de corrupção ativa de testemunha;
- d) ( ) o falso testemunho não deixará de ser punível, ainda que Marisa venha a se retratar ou a declarar a verdade antes da sentença.

**100. CONFORME O PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*, A LEI PENAL APLICA-SE ÀS CONDUTAS OCORRIDAS DURANTE SUA VIGÊNCIA. TODAVIA, PARA SOLUCIONAR AS QUESTÕES ADVINDAS DA SUCESSÃO DE LEIS PENAIS, HÁ PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERTEMPORAL. ASSIM,**

- I. a regra da irretroatividade vale apenas em relação à nova lei mais gravosa;
- II. para aplicar a lei mais favorável ao réu definitivamente condenado, deve-se esperar

### GRUPO III

o término do respectivo período de *vacatio legis*;

III. por serem dotadas de ultra-atividade, as leis excepcionais e temporárias aplicam-se a quaisquer delitos, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência;

IV. a *abolitio criminis* alcança até os fatos definitivamente julgados.

**ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:**

- a) ( ) todas estão corretas;
- b) ( ) estão erradas as de números I e II;
- c) ( ) estão erradas as de números II e III;
- d) ( ) estão erradas as de números I e IV.

101) ALICE TRABALHAVA, COMO DIARISTA, FAZENDO LIMPEZAS SEMANAIS NO APARTAMENTO DE RITA. NO DIA SEGUINTE À REALIZAÇÃO DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DE SUA PATROA, ENCONTROU, ENQUANTO TRABALHAVA, UMA BOLSA EM CIMA DE UM MÓVEL NO CANTO DA PAREDE. ESTAVA SOZINHA E SUBTRAIU O OBJETO, PENSANDO QUE FORA DEIXADO POR ALGUMA CONVIVA. MAS, QUANDO CHEGOU EM SUA CASA DESCOBRIU QUE A BOLSA LHE PERTENCIA E FORA ESQUECIDA NAQUELE LOCAL NA SEMANA ANTERIOR. NESTA SITUAÇÃO, CARACTERIZOU-SE

- a) ( ) o erro de tipo, excludente do dolo;
- b) ( ) o crime putativo;
- c) ( ) o furto, na sua forma tentada;
- d) ( ) o crime impossível.

**102. A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ DESAUTORIZA DIZER QUE**

- a) ( ) a corrupção passiva, na forma da conduta típica de "*receber, para si ou para outrem*", implica a existência de corrupção ativa na modalidade de "*oferecer vantagem indevida*";
- b) ( ) não é possível generalização de sempre excluir o dolo da conduta do

motorista que se envolve em acidente de trânsito e causa a morte de outra pessoa;

c) ( ) o crime de extorsão não se consuma sem a obtenção da vantagem indevida;

d) ( ) a testemunha, ao prestar depoimento, narrando o que sabe, não pode ser sujeito ativo de calúnia, pois, sendo falso seu depoimento, o crime será o de falso testemunho.

103. RENATA CONHECIA MARCOS, MAS NÃO SABIA QUE ELE TRABALHAVA NA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OS DOIS SE ENCONTRARAM NUMA LANCHONETE E AJUSTARAM ENTRAR NO PRÉDIO DA CEF, PARA TIRAR, ÀS ESCONDIDAS, ALGUNS OBJETOS, DURANTE O INTERVALO DA REFEIÇÃO. INGRESSARAM NA SEDE DA EMPRESA E FORAM À SALA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO. ESTAVA VAZIA. OS SERVIDORES TINHAM SAÍDO PARA O ALMOÇO. RENATA E MARCOS APROVEITARAM A OCASIÃO, SUBTRAINDO VÁRIOS OBJETOS – MICROCOMPUTADORES, CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, CANETAS ETC – PERTENCENTES À EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. DIAS DEPOIS, VALDOMIRO, QUE ERA DONO DE UMA LOJA DE INFORMÁTICA E DESCONHECIA A ORIGEM ILÍCITA DOS BENS, COMPROU, POR R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS), OS MICROCOMPUTADORES SURRUPADOS, QUE CUSTAVAM, NO MERCADO, APROXIMADAMENTE R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS). NESTE EXEMPLO,

- a) ( ) Valdomiro responde por receptação; Renata, por furto qualificado; Marcos, por peculato;
- b) ( ) a hipótese é de *concurso delictorum*, devendo Marcos, Renata e Valdomiro responderem por furto qualificado e receptação, pois participaram da prática dos dois crimes;
- c) ( ) Renata e Marcos praticaram, em concurso de pessoas, o delito de peculato, enquanto Valdomiro perpetrou o crime de receptação;
- d) ( ) Valdomiro, Renata e Marcos praticaram, em concurso, peculato.

**GRUPO III**

**104. É ADEQUADO AFIRMAR QUE**

- a) ( ) o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal, a obediência hierárquica e o exercício regular de direito excluem a ilicitude;
- b) ( ) a embriaguez total, proveniente de caso fortuito ou força maior, exclui a tipicidade;
- c) ( ) a coação física irresistível exclui a culpabilidade;
- d) ( ) a imputabilidade do agente, a possibilidade dele conhecer a ilicitude de seu comportamento e a exigibilidade de conduta diversa são pressupostos da culpabilidade.

**105. A LEI CONSAGRA O MÉTODO TRIFÁSICO PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. DESTE MODO,**

- I. as qualificadoras interessam à fixação da pena-base porque são circunstâncias legais presentes na Parte Especial do Código, que cominam novas penas para o tipo derivado, com limites, mínimo e/ou máximo, distintos do tipo fundamental;
- II. num primeiro momento, cabe ao Magistrado calcular a pena-base, considerando os fatores legais, quais sejam: o comportamento da vítima, bem como a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, e, ainda, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime;
- III. na segunda fase, cabe ao Juiz fazer incidir sobre a pena-base as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo certo que a pena pode ser atenuada ou agravada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, ainda que não esteja prevista em lei;
- IV. na última etapa, cabe ao Magistrado observar as causas de diminuição e aumento de pena, para determinar, em definitivo, o *quantum* da pena, sendo impossível transpor os limites mínimo e máximo da cominação do tipo.

**ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:**

- a) ( ) estão erradas as de números III e IV;
- b) ( ) estão erradas II e IV;

- c) ( ) somente a de número I está certa;
- d) ( ) todas estão certas.

**106. JÁ PROCESSADO POR PORTE ILEGAL DE ARMA (ART. 10, § 2º, DA LEI Nº 9.437/97), MÁRCIO DISSE QUE SILVANA SUBTRAIU LIVROS DA BANCA DE REVISTAS SITUADA NAS PROXIMIDADES DO EDIFÍCIO ONDE RESIDEM. A OFENDIDA OBTEVE DECLARAÇÕES DAS PESSOAS QUE OUVIRAM A ACUSAÇÃO. EM SEGUIDA, COM BASE NAQUELES ESCRITOS E ATRAVÉS DE ADVOGADO, AJUIZOU QUEIXA CONTRA O DETRATOR, IMPUTANDO-LHE A PRÁTICA DE CALÚNIA (ARTIGO 138 DO CP). DEPOIS DE OUVIR O MINISTÉRIO PÚBLICO E ANTES DE RECEBER A QUEIXA, O JUIZ MARCOU AUDIÊNCIA, MANDANDO INTIMAR AS PARTES, PARA LHES OFERECER A OPORTUNIDADE DE RECONCILIAÇÃO (ARTIGO 520 DO CPP). NESTA HIPÓTESE,**

- I. se, apesar de intimado, Márcio não comparece ao ato nem justifica a falta, o Juiz não pode ordenar sua condução coercitiva, devendo marcar nova data para tentar a reconciliação;
- II. se, apesar de intimado, Márcio não comparece ao ato nem justifica a falta, o Juiz pode ordenar sua condução coercitiva, embora não possa forçá-lo à reconciliação;
- III. se, apesar de intimados, Silvana e seu advogado não comparecem ao ato nem justificam a falta, o Juiz deve reconhecer a ocorrência da perempção, declarando extinta a punibilidade do querelado e rejeitando a queixa;
- IV. se, apesar de intimados, Silvana e seu advogado não comparecem ao ato nem justificam a falta, o Juiz deve receber a queixa, designar data para o interrogatório, ordenar a citação do querelado, mandar notificar o Ministério Público e intimar a querelante e seu patrono.

**ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:**

- a) ( ) estão corretas as de números I e III;
- b) ( ) estão corretas as de números II e III;
- c) ( ) estão corretas as de números I e IV;

### GRUPO III

d) ( ) estão corretas as de números II e IV.

**107. A FAZENDA NACIONAL PROMOVEU EXECUÇÃO FISCAL CONTRA TÍCIO, SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE SÃO PAULO. O JUIZ FEDERAL ORDENOU SUA CITAÇÃO. NO MOMENTO EM QUE CUMPRIA O MANDADO, O OFICIAL DE JUSTIÇA DESENTENDEU-SE COM O EXECUTADO, QUE SACOU DE UM REVÓLVER E ATIROU NO MEIRINHO, CAUSANDO-LHE A MORTE. CONSIDERANDO QUE A CONSTITUIÇÃO DE SÃO PAULO CONFERE AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMPETÊNCIA PARA JULGAR, NAS INFRAÇÕES PENAIS COMUNS, OS SECRETÁRIOS DE ESTADO E QUE TÍCIO PERMANECE NA TITULARIDADE DA SECRETARIA, A COMPETÊNCIA PARA JULGÁ-LO É**

- a) ( ) do Júri da Justiça Comum do Estado;
- b) ( ) do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- c) ( ) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região;
- d) ( ) do Júri da Justiça Comum Federal.

**108. QUANTO AO INQUÉRITO, É ADEQUADO ASSEVERAR QUE**

- a) ( ) a sua presidência cabe à autoridade policial, que deve instaurá-lo quando houver requisição do Juiz ou do Ministério Público, salvo se a solicitação for manifestamente ilegal ou desmotivada, devendo o Delegado, nestas hipóteses, comunicar a razão que inviabiliza o seu atendimento;
- b) ( ) em face do interesse do Estado na elucidação do ilícito e na punição de seu autor, não pode o indiciado recusar-se a participar da reconstituição do crime determinada pela autoridade policial, pois a simulação, em determinados casos, é importante fonte de prova, capaz de revelar como realmente ocorreu a infração;
- c) ( ) não há possibilidade de a autoridade submeter à identificação criminal o indiciado civilmente identificado por documento original;
- d) ( ) o advogado pode ser impedido de examinar os respectivos autos porque se cuida de peça de natureza administrativa,

inquisitiva e sigilosa, não sujeita à mesma publicidade que informa a ação penal.

**109. DIVERSOS POSTULADOS INFORMAM O CONTEÚDO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O PROCESSO PENAL. ASSIM,**

- I. por conta do princípio do *favor rei*, em caso de conflito entre o *jus puniendi* do Estado e o *jus libertatis* do acusado, prevalece este último;
  - II. os princípios da indisponibilidade do processo e de sua obrigatoriedade encontram-se mitigados pela possibilidade de transação e suspensão condicional do processo, nas hipóteses das infrações de menor potencial ofensivo, da competência dos juizados especiais;
  - III. do princípio da iniciativa das partes decorre que o Juiz não age de ofício para encetar a ação penal pública, cuja instauração cabe privativamente ao Ministério Público, que é senhor da *opinio delicti* e pode desistir da persecução criminal já desencadeada;
  - IV. como tem por objetivo a descoberta dos fatos, o processo deve-se desenvolver de modo a garantir que o *jus puniendi* se exerça contra quem cometeu o delito e nos limites de sua culpabilidade, sendo possível rescindir decisão que transitou em julgado, pois o princípio da verdade real vigia em toda sua inteireza.
- ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:**
- a) ( ) estão corretas as de números I e II;
  - b) ( ) estão corretas as de números I e III;
  - c) ( ) somente está correta a de número I;
  - d) ( ) somente está correta a de número IV.

**110. NO PROCESSO PENAL, É INCORRETO AFIRMAR QUE**

- a) ( ) a presença de suficientes indícios da ocorrência de crimes de ação pública legítima a quebra de sigilo bancário determinada pelo Juiz, para atender a requerimento do Ministério Público;



## GRUPO III

b) ( ) não subsistem os elementos probatórios decorrentes exclusivamente de levantamentos feitos na escuta telefônica ilícita;

c) ( ) são nulos os atos decisórios praticados na primeira instância antes da remessa da ação ao Tribunal, feita depois da diplomação do réu como Prefeito;

d) ( ) para intimar o réu, basta publicar a conclusão do aresto confirmatório de sua condenação no órgão oficial de imprensa.

### 111. EM RELAÇÃO À PROVA NO PROCESSO PENAL, CONSIDERA-SE ACERTADO DIZER QUE

a) ( ) o testemunho emprestado, colhido noutro feito durante audiência realizada sem presença do acusado ou de seu defensor, mas carreado aos autos da ação através de reprodução documental, pode ser levado em consideração pelo Juiz;

b) ( ) o ônus probante é, via de regra, da acusação, que desencadeia a persecução, mas o réu assume tal encargo quando aduz, em seu favor, alguma excludente de ilicitude, dirimente de culpabilidade, ou, ainda, quando apresenta um *álibi*;

c) ( ) existem três sistemas de avaliação da prova: o da livre convicção, adotado pela legislação brasileira, o da prova legal e o da persuasão racional;

d) ( ) a lei brasileira preocupa-se, de modo particular, com os crimes que deixam vestígios de sua prática, obrigando, em tais casos, a realização de uma prova tarifada, o exame de corpo de delito, cuja falta não se supre através de testemunhos.

112. AUDITORES FISCALIZARAM A 'CONSTRUTORA PROGRESSO LTDA', INFERINDO QUE JOÃO, NA QUALIDADE DE QUOTISTA E GERENTE, INSERIU ELEMENTOS INEXATOS EM DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO, REDUZINDO, ASSIM, OS VALORES DOS TRIBUTOS FEDERAIS DEVIDOS PELA EMPRESA. LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO, A FIRMA FOI NOTIFICADA, MAS IMPUGNOU A CONCLUSÃO DOS FISCAIS, NEGANDO O FATO E PEDINDO A ANULAÇÃO DO

AUTO. A IMPRENSA NOTICIOU O ASSUNTO, E O MINISTÉRIO PÚBLICO CONSEGUIU, ATRAVÉS DE REQUISIÇÃO, UMA CÓPIA AUTÊNTICA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, QUE AINDA NÃO ESTÁ DEFINITIVAMENTE JULGADO. COM BASE NAQUELES PAPÉIS, O PROCURADOR DA REPÚBLICA DENUNCIOU JOÃO PELA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, II, da LEI 8.137/90). NESTE CONTEXTO,

I. por força da autonomia das instâncias, a falta de decisão definitiva no procedimento administrativo-fiscal não obstará o recebimento da denúncia, que podia, como aconteceu, ser apresentada pelo Procurador da República com base nos elementos contidos nas cópias requisitadas, mesmo porque a hipótese é de crime de ação pública incondicionada;

II. como não afeta a atuação do Ministério Público, sendo norma endereçada aos agentes fazendários – que ficam obrigados a remeter *notitia criminis* quando o lançamento se torna definitivo – o artigo 83 da Lei nº 9.430/96 não obstará o recebimento da denúncia, que podia, como aconteceu, ser apresentada pelo Procurador da República com base nos elementos contidos nas cópias requisitadas, mesmo porque a hipótese é de crime de ação pública incondicionada;

III. a denúncia deverá ser rejeitada por falta de justa causa, em face da inexistência de inquérito policial;

IV. a denúncia deverá ser rejeitada por falta de justa causa, em face da falta de condição objetiva de punibilidade da infração.

**ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:**

a) ( ) somente a de número III está correta;

b) ( ) somente a de número IV está correta;

c) ( ) estão corretas as de números III e IV;

d) ( ) estão corretas as de números I e II.

113. PARA PRESERVAR PROVAS E ACAUTELAR DIREITOS, A LEGISLAÇÃO DISCIPLINA A BUSCA E APREENSÃO DE PESSOAS (VÍTIMA, SUSPEITO, INDICIADO, ACUSADO, CONDENADO,

**TESTEMUNHA E PERITO), SEMOVENTES, COISAS (OBJETOS, PAPÉIS E DOCUMENTOS) E VESTÍGIOS (SINAIS, RASTROS E PISTAS) REFERENTES ÀS INFRAÇÕES. SOBRE O TEMA, É INCORRETO AFIRMAR QUE**

a) ( ) a garantia da inviolabilidade do sigilo da correspondência não impede que o diretor do estabelecimento intercepte ou devasse carta de preso;

b) ( ) em caso de delito de tráfico ilícito de substâncias estupefacientes, a garantia da inviolabilidade da casa do indivíduo não impede que a polícia realize, sem mandado judicial, a busca domiciliar e a apreensão das drogas;

c) ( ) a garantia da inadmissibilidade da prova ilícita obsta a juntada no processo de documentos falsos apreendidos pela polícia por ocasião de busca domiciliar, que se realizou durante o dia, mas sem autorização judicial e sem oposição do morador;

d) ( ) a busca pessoal não depende de ordem do Juiz, podendo, por exemplo, ser efetuada pela polícia, quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida, ou objetos achados ou obtidos por meios criminosos.

**114. NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2003, EM PORTO ALEGRE/RS, O COMERCIÁRIO JONAS FOI PRESO NO MOMENTO EM QUE COMPRAVA, COM DINHEIRO FALSO, UMA MOTOCICLETA. A POLÍCIA O REVISTOU, CONSTATANDO QUE ELE PORTAVA ARMA DE FOGO SEM AUTORIZAÇÃO E EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES LEGAIS. VERIFICOU, TAMBÉM, QUE ELE TRAZIA CONSIGO UMA SACOLA CONTENDO 1 KG DE COCAÍNA PRONTA PARA CONSUMO. COM BASE NO FLAGRANTE LAVRADO, O PROCURADOR DA REPÚBLICA DENUNCIOU O INFRATOR PELA PRÁTICA DOS CRIMES DESCRITOS NO CÓDIGO PENAL (ART. 289, § 1º) E NAS LEIS 9.437/97 (ART. 10) E 6.368/76 (ART. 12). A INSTRUÇÃO DO PROCESSO TERMINOU HÁ MAIS DE OITO MESES. NO ENTANTO, O RÉU, AINDA ENCARCERADO, AGUARDA O JULGAMENTO DO JUIZ, QUE RESPONDE, SIMULTANEAMENTE, POR TRÊS VARAS**

**FEDERAIS E ESTÁ COM O SERVIÇO ATRASADO. NESTE CASO,**

a) ( ) considera-se superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, em face do encerramento da instrução;

b) ( ) evidente o constrangimento ilegal, sanável pelo próprio Juiz, relaxando o flagrante, ou pelo Tribunal Federal da 4ª Região, apreciando *habeas corpus*, que pode até ser impetrado pelo Procurador da República;

c) ( ) é evidente o constrangimento ilegal, que somente pode ser sanado pelo Tribunal Federal da 4ª Região, apreciando *habeas corpus* impetrado pelo patrono do acusado;

d) ( ) considera-se superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, em face do princípio da razoabilidade, pois a demora do julgamento decorre do acúmulo de trabalho do Magistrado, que responde, simultaneamente, por três varas federais.

**115. SÍLVIO DESCOBRIU QUE SUA NAMORADA, JANE, ESTAVA GRÁVIDA E NÃO DESEJAVA INTERROMPER A GESTAÇÃO. POR ISSO, COLOCOU SONÍFERO NO SUCO QUE ELA BEBIA, ENQUANTO ALMOÇAVAM. EM SEGUIDA, CHAMOU A MÉDICA BARTIRA AO APARTAMENTO ONDE ESTAVAM E CONVENÇEU A CURETEIRA A INJETAR SUBSTÂNCIA AMBLÓTICA NO ORGANISMO DA MOÇA ADORMECIDA. JANE ACORDOU SENTINDO DORES. BARTIRA A LEVOU PARA UM HOSPITAL, ONDE A SUBMETEU, COM SUCESSO, A UMA CURETAGEM. SÍLVIO E BARTIRA FORAM DENUNCIADOS PELA PRÁTICA DE ABORTO PROVOCADO SEM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE (ART. 125 DO CP). PORÉM, AO APRECIAR A PROVA REUNIDA, O MAGISTRADO JULGOU IMPROCEDENTE A PEÇA ACUSATÓRIA. A PROVA COLIGIDA REVELAVA QUE O FETO JÁ ESTAVA SEM VIDA, QUANDO FOI APLICADA A INJEÇÃO CONTENDO MEDICAMENTO ABORTIVO. DIANTE DESTE QUADRO, HÁ**

I. absolvição sumária, e o Ministério Público pode combater o decisório, interpondo recurso de apelação, tendo, também, o assistente da acusação legitimidade supletiva para recorrer;



### GRUPO III

II. impronúncia, e o Ministério Público pode combater o decisório através de recurso em sentido estrito, tendo, também, o assistente da acusação legitimidade supletiva para recorrer;

III. impronúncia, e somente o Ministério Público pode combater o decisório, interpondo recurso em sentido estrito;

IV. impronúncia, uma decisão que encerra a primeira fase do *judicium accusationis* sem inaugurar a segunda, mas que é impugnável através de recurso em sentido estrito.

#### ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) ( ) estão corretas as de números II e IV;
- b) ( ) estão corretas as de números III e IV;
- c) ( ) somente a de número I está correta;
- d) ( ) somente a de número III está correta.

#### 116. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DESABONA A ASSERTIVA DE QUE

a) ( ) a participação do representante do Ministério Público na investigação não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia;

b) ( ) como toda decisão judicial, o despacho de recebimento da denúncia deve ser fundamentado;

c) ( ) instaurada a ação penal pela prática de crime de lavagem de dinheiro, é possível determinar novamente o seqüestro dos bens do acusado, o qual fora antes levantado pelo Juiz, em virtude do decurso do prazo de 120 dias sem apresentação da denúncia;

d) ( ) em crimes societários, não há inépcia quando, mesmo sem fazer a indicação individualizada da conduta de cada um dos indiciados, a denúncia revela que todos eles são, de algum modo, responsáveis pela condução da empresa comercial sob a qual foram perpetradas as infrações.

#### 117. EM TEMA DE EXECUÇÃO PENAL,

a) ( ) a prática de outro delito pelo liberado, durante a vigência do benefício, é suficiente

para impedir a extinção da pena após o término do prazo do livramento condicional;

b) ( ) na sindicância para apuração de falta disciplinar de natureza grave, a ausência de defesa técnica do condenado não acarreta a nulidade do procedimento;

c) ( ) o condenado que comete falta disciplinar perde o direito à remição da pena, concedida por sentença cujo prazo recursal já se escoou;

d) ( ) a falta, na sentença, de referência explícita ao cumprimento da pena em regime integralmente fechado garante a progressão ao condenado, ainda que o Magistrado tenha feito, no decisório, menção ao § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90.

**118. POR INSERIR DECLARAÇÃO FALSA EM RECIBO E CHAMAR O JUIZ DO TRABALHO DE PARCIAL, DURANTE A AUDIÊNCIA DA RECLAMAÇÃO PROMOVIDA CONTRA SUA EMPRESA, DIRCEU FOI DENUNCIADO, NA COMARCA DE CURITIBA. MAS, TERMINOU ABSOLVIDO PELO JUIZ DO ESTADO. O PROMOTOR APELOU, PEDINDO APENAS A REFORMA DA SENTENÇA E A CONSEQÜENTE CONDENAÇÃO DO RÉU NAS SANÇÕES DOS ARTIGOS 299 E 331 DO CÓDIGO PENAL. OCORRE QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ RESOLVEU ACOLHER, DE OFÍCIO, PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA, ANULANDO O PROCESSO. COMO O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO RECORREU, OS AUTOS FORAM ENVIADOS AO JUÍZO FEDERAL, CONSIDERADO COMPETENTE PARA JULGAR OS CRIMES. EM TAL SITUAÇÃO,**

I. havia, na decisão absolutória, nulidade absoluta decorrente de incompetência do Juízo, a qual podia, como aconteceu, ser reconhecida pelo Tribunal de Justiça;

II. havia, na decisão absolutória, nulidade absoluta decorrente de incompetência do Juízo, mas o Tribunal de Justiça do Paraná não podia acolhê-la;

III. há constrangimento ilegal sanável por *habeas corpus*, pois o processo instaurado na Justiça Federal é manifestamente nulo;

### GRUPO III

IV. a decisão absolutória, proferida por Juiz constitucionalmente incompetente, equivale a ato inexistente, mas não podia ser desfeita.

**ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:**

- a)  todas estão erradas;
- b)  estão corretas as de números I e III;
- c)  estão corretas as de números III e IV;
- d)  estão corretas as de números II e III.

**119 ENTRE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO, ASSINALE A CORRETA:**

- a)  a soberania do Júri tolhe a concessão de *habeas corpus* depois de transitar em julgado a decisão do Tribunal Popular;
- b)  não há espaço para o exame da prova em sede de *habeas corpus*;
- c)  é possível impetrar *habeas corpus* em mercê de pessoa jurídica;
- d)  pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus* em favor de pessoa física.

**120. QUANTO AOS CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO E USO INDEVIDO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, NÃO HÁ DESACERTO EM ENUNCIAR QUE:**

- a)  as normas processuais da Lei nº 10.409/2002 não podem ser aplicadas;
- b)  o Juiz deverá, desde logo, receber a denúncia, se o acusado, embora citado, deixar de apresentar sua resposta por escrito no prazo de 10 dias;
- c)  não caracteriza cerceamento de defesa o indeferimento motivado do pedido de realização do exame de dependência toxicológica;
- d)  não precisa o membro do Ministério Público de autorização judicial para determinar que a polícia infiltre seus agentes em quadrilhas, grupos, organizações ou bandos de traficantes, com o objetivo de obter informações sobre operações ilícitas desenvolvidas no âmbito de tais associações.



## RASCUNHO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1ª Parte - Grupo I						
01 A B C D E	07 A B C D E	13 A B C D E	19 A B C D E	25 A B C D E	31 A B C D E	37 A B C D E
02 A B C D E	08 A B C D E	14 A B C D E	20 A B C D E	26 A B C D E	32 A B C D E	38 A B C D E
03 A B C D E	09 A B C D E	15 A B C D E	21 A B C D E	27 A B C D E	33 A B C D E	39 A B C D E
04 A B C D E	10 A B C D E	16 A B C D E	22 A B C D E	28 A B C D E	34 A B C D E	40 A B C D E
05 A B C D E	11 A B C D E	17 A B C D E	23 A B C D E	29 A B C D E	35 A B C D E	
06 A B C D E	12 A B C D E	18 A B C D E	24 A B C D E	30 A B C D E	36 A B C D E	

2ª Parte - Grupo II						
41 A B C D E	47 A B C D E	53 A B C D E	59 A B C D E	65 A B C D E	71 A B C D E	77 A B C D E
42 A B C D E	48 A B C D E	54 A B C D E	60 A B C D E	66 A B C D E	72 A B C D E	78 A B C D E
43 A B C D E	49 A B C D E	55 A B C D E	61 A B C D E	67 A B C D E	73 A B C D E	79 A B C D E
44 A B C D E	50 A B C D E	56 A B C D E	62 A B C D E	68 A B C D E	74 A B C D E	80 A B C D E
45 A B C D E	51 A B C D E	57 A B C D E	63 A B C D E	69 A B C D E	75 A B C D E	
46 A B C D E	52 A B C D E	58 A B C D E	64 A B C D E	70 A B C D E	76 A B C D E	

3ª Parte - Grupo III						
81 A B C D E	87 A B C D E	93 A B C D E	99 A B C D E	105 A B C D E	111 A B C D E	117 A B C D E
82 A B C D E	88 A B C D E	94 A B C D E	100 A B C D E	106 A B C D E	112 A B C D E	118 A B C D E
83 A B C D E	89 A B C D E	95 A B C D E	101 A B C D E	107 A B C D E	113 A B C D E	119 A B C D E
84 A B C D E	90 A B C D E	96 A B C D E	102 A B C D E	108 A B C D E	114 A B C D E	120 A B C D E
85 A B C D E	91 A B C D E	97 A B C D E	103 A B C D E	109 A B C D E	115 A B C D E	
86 A B C D E	92 A B C D E	98 A B C D E	104 A B C D E	110 A B C D E	116 A B C D E	

**ESTA FOLHA PERTENCE AO CANDIDATO,  
PODENDO SER DESTACADA DO CADERNO DE PROVA**